

Primeiras notas metodológicas

Os objectivos de investigação são preliminares. A falta de experiência de tratamento de temas prisionais por parte da teoria social, especialmente em Portugal, e a delicadeza humana e política dos temas a abordar, levou-nos a privilegiar metodologias intensivas. Ao problema das prisões juntámos um outro problema social, as imigrações, de forma a reduzir o âmbito empírico da nossa intervenção e, ao mesmo tempo, complexificar e radicalizar o campo de análise. Esperamos poder observar com mais evidência as consequências da natureza da instituição estatal que é o sistema de execução de penas e, em particular, do sistema prisional, observando-as em populações mais vulneráveis à sua actividade repressiva.

O trabalho que aqui se apresenta é o resultado de uma primeira análise do conteúdo de apenas 14 entrevistas das 50 que foram feitas a imigrantes em Portugal.

A escolha dos entrevistados começou por ser pensada como um processo “bola de neve” num bairro popular de construção recente em Lisboa, onde habitam um número razoável de imigrantes de diversas origens (seleccionámos preferencialmente imigrantes de Leste, brasileiros e africanos, com inserções sócio-profissionais precárias ou de baixos rendimentos). Dadas as dificuldades de aceitação da nossa abordagem por parte dos entrevistados¹ e principalmente por impossibilidade de por em marcha a “bola de neve” (raros entrevistados forneceram novos contactos úteis) desistimos da circunscrição geográfica a que tínhamos ambicionado inicialmente. Passámos a admitir como válidos os contactos obtidos com a ajuda de organizações étnicas, religiosas, cívicas ou outras sedeadas no campo dos imigrantes, contra a nossa vontade original. Tínhamos a esperança de poder controlar outros envezamentos que não fossem os decorrentes da nossa própria presença. De uma maneira geral, dadas as dificuldades de contacto, decidimos ser menos directivos metodologicamente e compensar isso através de uma maior extensão do nosso trabalho.

As dificuldades metodológicas não foram apenas de acesso às pessoas imigrantes. Foram também as dificuldades em registar-lhes os discursos sobre as suas experiências pessoais e sobre as suas convicções, por razões que valerá a pena aprofundar, o que faremos adiante. O que conseguimos produzir foi um conjunto de registos caracterizado pela dificuldade de abordagens em profundidade (por exemplo, não foi possível organizar a recolha de várias entrevistas no seio da mesma família) devido às resistências dos entrevistados. Obtivemos, pois, registos mais superficiais do que aqueles com que contávamos no projecto sobre quais possam ser os sentimentos, as razões, as disposições, os hábitos sociais, dos nossos entrevistados relativamente à justiça e temas afins.

De outro tipo de dificuldade também apenas nos demos conta no decurso da investigação no terreno. Principalmente os imigrantes de Leste chamaram-nos várias vezes a atenção para o facto de ser equívoco homogeneizar – como o fazem as autoridades estatísticas portuguesas para fins de classificação – gentes originária de povos muito diversos, que apenas têm em comum serem igualmente desconhecidos dos portugueses. Esta chamada de atenção foi menos frequente nos africanos (provavelmente mais adaptados às classificações que lhe foram sendo impostos por várias décadas) e nos brasileiros (que partilham entre si a mesma nacionalidade estrangeira em Portugal). Apesar dos riscos evidentes de confirmação apriorística da existência de comunidades imigrantes, onde elas podem não existir a não ser como representações dominantes, não nos ocorreu forma de evitá-las e até de pensarmos

¹ Outras investigações (cf. Baptista e Cordeiro 2002) manifestaram a mesma dificuldade na intervenção metodológica com método semelhante.

poder ser útil, para tratamento comparativo, de tal classificação. Julgamos, porém, ser de avisar o leitor para a necessidade de uma atenção especialmente crítica neste particular.

A técnica de referência que utilizámos foi a entrevista não-directiva. Por vezes intervimos demasiado, seja para procurar estimular o entrevistado, relutante em falar, seja para garantir a compreensão do sentido do seu discurso produzido numa língua (o Português) que, eventualmente, não dominam completamente.²

O guião das entrevistas é muito simples: cada entrevista tem duas partes, de aproximadamente 45' cada. Na primeira parte trata-se de fazer falar o(a) entrevistado(a) sobre a noção de justiça. Na segunda parte, tipicamente uma semana depois da primeira entrevista, com tempo para pensar sobre o assunto que assim fica encomendado, pede-se à pessoa que fale de casos de justiça que a tenham marcado pessoalmente, coisas que se tenham passado consigo ou com alguém que tenha conhecido.

A nossa intenção foi a de evitar a intimidação que resultaria necessariamente de se abordar o tema prisões directamente. Pensámos que isso iria inibir muitas intervenções e seleccionar de forma muito forte o tipo de imigrantes que se disponibilizariam a colaborar connosco. Pensámos, ao mesmo tempo, que o tema prisional haveria de surgir espontaneamente na conversa sobre justiça.

Cedo após o início dos trabalhos de campo ficaram evidentes algumas características – inesperadas – das respostas obtidas, que vieram de facto a tornar-se tão rotineiras e que bem poderiam passar despercebidas, caso não atalhássemos caminho. A saber:

- a) dificuldades de acesso à população alvo através dos métodos comuns de “bola de neve”, a que associámos o sentimento de medo, vistas algumas reacções mais explícitas;
- b) inacessibilidade a grupos familiares com os quais pudéssemos trabalhar a nível individual e a nível de rede social;
- c) dificuldades graves de acessibilidade aos relatos de experiências contadas na primeira pessoa de contactos de “terceiro grau”, para usar a terminologia consagrada pela onniologia, com as instituições judiciais.

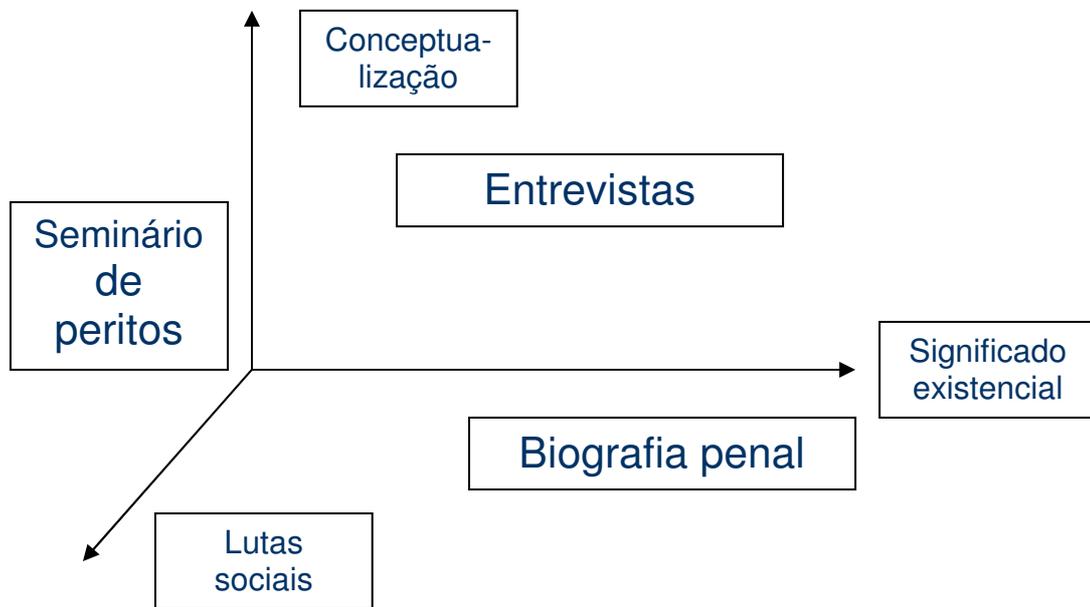
Tais características das entrevistas e da recolha de informações não perturbariam o registo de modos abstractos de conceber a Justiça no seio destas populações, centrados provavelmente mais naquilo que entendam ser o senso-comum e o politicamente correcto, como de resto convém a uma instituição protectora de valores dogmáticos. Mas outras características dos sentimentos sociais a respeito da justiça que nos interessava questionar ficaram prejudicadas, em particular o registo do significado existencial da Justiça para as políticas de vida dos imigrantes (o efeito persuasivo coersivo da sociedade normativa sobre os comportamentos individuais) e o registo das lutas sociais em torno dos valores da Justiça e das instituições que o gerem (ordem e coesão sociais, suas vítimas e seus beneficiários).

Para cobrir, na medida das nossas possibilidades, os dois flancos descobertos, digamos assim, planeamos outras duas frentes de registo de informações: uma referente a presos ou ex-presos (em número de três, um por cada categoria de imigrantes considerada) com os quais era possível estabelecer uma relação de proximidade e de cumplicidade que nos permitisse, ainda com reservas naturalmente, um aprofundamento do que possam significar os tais contactos de “terceiro grau” com as práticas de justiça criminal e as

² A generalidade das entrevistas foram conduzidas por uma socióloga só. Nalguns casos foram dois os entrevistadores: um homem e uma mulher. Certamente essa situação tem impacto na forma como o(a) entrevistado(a) responde e interage. Provavelmente não seremos capazes, nesta investigação, de discernir a qualidade e o sentido de tal enviesamento.

prisões; outra referente às lutas sociais pelo reconhecimento de direitos aos imigrantes, que foi avançada através da organização de um seminário de um dia, com quatro sessões, com diversas pessoas que vivem intensa e diariamente os problemas dos imigrantes.

Figura 2.1.1.- Quadro de integração dos três métodos de recolha de informação



Como poderemos verificar pela leitura das transcrições e durante a análise da informação, uma das mais evidentes diferenças entre as primeiras entrevistas e as outras intervenções metodológicas é o contraste entre a ausência de violência explícita no primeiro caso e a expressão directa e voluntária da presença da violência quotidiana nas outras duas situações.